

O DESAFIO DA PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA SOCIEDADE ATUAL: ANÁLISE DE CINCO MODELOS DE PREVENÇÃO UNIVERSAL AO USO INDEVIDO DE DROGAS

PEREIRA, Roberto Alves
SILVA, Gidalti Guedes da
SANTOS, Jose Mateus dos
ANJOS, Francisco Flavio O. Dos
SILVA, Danilo Ferraz Nunes

Resumo: O artigo apresenta uma análise de cinco modelos de programas de Prevenção Universal ao uso indevido de drogas, desenvolvidos por instituições de ensino, comunidades religiosas e instituições especializadas em prevenção. A análise foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além da própria experiência dos autores em programas de prevenção. Firmado na coercitividade, o Programa baseado em Pressão do Grupo Social tem se mostrado ineficaz, sobretudo no contexto urbano, marcado pela individuação e pelo relativismo moral. O Programa baseado em Informação Científica, de índole positivista, mesmo sendo um avanço para o período, tem eficácia comprometida por se restringir a abordagens pedagógicas conteudistas e meramente informativas. O Programa baseado em Educação Afetiva auxilia o educando na construção de vínculos afetivos, sentimento de pertença e construção de sentido de vida. Seu ponto fraco está na tendência reducionista, que restringe o foco aos indivíduos e impossibilita perceber a influência dos condicionantes socioculturais sobre a questão. O Programa baseado no Oferecimento de Oportunidades e o Programa que Busca Mudanças nas Condições de Ensino ampliaram a atuação dos programas de prevenção, sendo potencialmente mais eficazes que os analisados anteriormente. Além de informar e educar afetivamente, modificam o cotidiano dos estudantes. O desafio maior do modelo de Oferecimento de Oportunidades é a atuação integrada dos atores sociais envolvidos, pela dificuldade de superar concepções disciplinares de gestão. O modelo que Busca Mudanças nas Condições de Ensino tem por desafio uma transformação do sistema educacional, que vai desde questões de infraestrutura à valorização e capacitação dos profissionais da educação. Conforme a pesquisa, o êxito dos programas de prevenção está condicionado ao caráter integral e multidisciplinar de suas ações, evitando perspectivas reducionistas de intervenção social.

Palavras-chave: Drogas; Prevenção Universal às Drogas; Políticas Públicas; Modelos de Prevenção; Políticas para Juventude.

Introdução

Não há dúvida sobre a extrema relevância para a sociedade contemporânea dos programas de prevenção ao uso indevido de drogas. Contudo, faz-se necessário avaliar a eficácia dos modelos implementados, identificando seus pontos fortes e fracos, além de refletir de modo crítico acerca das tendências ideológicas que subjazem as políticas e programas propostos pelos gestores públicos e demais seguimentos sociais. O objetivo deste artigo é apresentar uma análise de modelos de programas de Prevenção ao uso indevido de drogas. Estes programas têm sido desenvolvidos por instituições de ensino, comunidades religiosas e instituições especializadas na prevenção às drogas.

Aqui, o termo “uso indevido de drogas” se aplica tanto para drogas lícitas (permitidas por lei como, por exemplo, bebidas alcoólicas, cigarro e medicamentos) quanto ilícitas (não permitidas por lei como maconha, derivados da cocaína, drogas sintéticas e outras), ficando a polêmica da legalidade ou da ilegalidade do consumo de drogas como questão secundária.

Os programas de prevenção são definidos como uma ação educativa, que amplia o projeto pedagógico de uma escola ou a missão de uma instituição. São construções metodológicas e estratégias variadas para tratar das questões relacionadas ao uso de drogas. Essas estratégias, até o ano de 2006, eram denominadas de Prevenção Primária como as ações que visavam evitar ou retardar o uso de drogas, de forma abusiva; Prevenção Secundária, as intervenções controladoras do uso de drogas ou promoção à abstinência de forma total e a Prevenção Terciária, as intervenções que levam à reinserção social de ex-usuários (NUNES, 2002).

Na última década, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) modificou a terminologia de identificação das ações de prevenção, passando a usar os termos: Prevenção Universal para as ações voltadas para o alcance da comunidade em geral, não colocando foco em um público específico, no intuito de levar o maior número possível de pessoas a decidirem pelo não uso indevido de drogas; Prevenção Seletiva é a denominação das estratégias voltadas para grupos selecionados pelo seu grau de risco ou por já serem usuários de drogas e, nesse caso, as ações são específicas para as necessidades do público-alvo; e Prevenção Indicada, que são as ações de intervenção junto a grupos que já estão comprometidos, pois apresentam os primeiros sinais de uso abusivo e possuem a necessidade de encaminhamentos para ajudas especializadas.

Neste artigo, serão analisados modelos de Programas que se enquadram na Prevenção Universal ao uso indevido de drogas. Os modelos analisados foram os seguintes: Programa baseado na Pressão de Grupo Social; Programa baseado na Informação Científica; Programa baseado na Educação Afetiva; Programa baseado no Oferecimento de Oportunidades e Programa que Busca Mudanças nas Condições de Ensino.

Programa de Prevenção Baseado na Pressão de Grupo Social

Segundo Therezo Júnior (2003), a base filosófica e metodológica desse programa centraliza-se no poder de coerção, pressão e discriminação que estudantes não usuários de drogas possam exercer sobre seus pares, influenciando ao não uso de drogas e, se forem

usuários, a deixar o uso, optando pela abstinência. Para isso um mecanismo usado é o impedimento de participação de usuários de drogas em atividades de lazer e outras atividades extraclasse que envolvam a escola. Estudantes escolhidos pela direção da escola serão capacitados por especialistas para ajudarem colegas que passem por dificuldades, como modo de persuadi-los a abandonar as drogas.

Este modelo de prevenção tem fundamento em referenciais como a proposta educacional de Durkheim, para quem a educação é um instrumento de formação para a vida, que se baseia em sistemas de valores, gerando no reino moral que, por sua vez, é construído e mantido pelas ideias predominantes na coletividade social (RODRIGUES, A., 2004). Apesar deste programa de prevenção ser concebido nos pressupostos teóricos da Redução de Danos, que defende uma convivência, respeitando a diversidade no meio ambiente escolar, a filosofia aqui preconizada é a exclusão dos diferentes, no caso, dos estudantes usuários de drogas.

Mesmo sem uma consciência teórica e metodológica por parte dos educadores (técnicos e professores), esse Programa de Prevenção às drogas é o mais praticado pelas escolas. O que aparenta ser um sistema educacional com igualdade de oportunidades, acaba confirmando as diferenças sociais e contribuindo para a manutenção do poder vigente. Este sistema educacional, com sua aparente neutralidade, faz a seleção dos estudantes que possuem maior êxito escolar, numa lógica meritocrática e excludente ¹.

Neste contexto, a escola segue uma linha de continuidade dos sistemas excludentes presentes na sociedade moderna capitalista, que vigia, exclui, criminaliza e pune os indivíduos, desconsiderando se as motivações para as suas escolhas estão relacionadas com o meio ambiente socioeconômico e cultural onde vivem. Este modelo de prevenção tem sido aplicado na sociedade brasileira desde antes da década de 1970, período em que o uso indevido de drogas era visto como uma questão de segurança pública e o combate era feito por meio da repressão policial ².

Não se pode deixar de considerar que o modelo de Pressão do Grupo Social perdeu consideravelmente sua força, devido às novas formas de socialização e constituição das identidades dos indivíduos e grupos. Na sociedade contemporânea, fragmentada e individualista, a coletividade social perdeu sua capacidade de estabelecer uma moral com aceitação universal. Tanto os valores religiosos tradicionais, quanto os valores da sociedade

¹ Pierre Bourdieu compreende que, ao tratar de modo igual aqueles que adentram as escolas com capital cultural desigual, a escola acaba confirmando as desigualdades já estabelecidas pela sociedade. Compreende-se que esta análise pode ser desenvolvida não somente para o processo educativo formal, como para a aplicação de programas de prevenção às drogas.

² Vale lembrar a Lei 6368 de 1976, onde o fato de portar drogas não lícitas (independente da quantidade) já se constituía uma infração passível de privação da liberdade.

positiva (almejada por Comte e Durkheim) foram relativizados e são apropriados pelos variados grupos de modo diferenciado, conforme sua conveniência.

Por este motivo, tem-se percebido cada vez mais o espanto de pais e professores diante de muitos casos onde o adolescente, após “levar um sermão” reprovando sua conduta, simplesmente desconsidera os valores e princípios defendidos por seus tutores, sem qualquer peso de consciência. A cultura contemporânea apresenta como absolutos o *status*, o prazer, o consumo e a prosperidade material, deixando para critério pessoal (foro íntimo) valores tradicionais relacionados à família, à comunidade, ao cuidado do próximo.

Atualmente, a busca de reconstrução de um sentido de coletividade é um projeto educacional de contracultura, pois significa criar abordagens pedagógicas que visem à sensibilidade solidária, que oportunizem o estabelecimento de vínculos afetivos mais sólidos e que inspirem valores e princípios éticos que sejam fundamento para que os estudantes, no exercício de sua autonomia, tomem decisões norteadas pelo respeito à vida, pelo compromisso afetivo e pela responsabilidade social. Proposta semelhante a esta é apresentada pelo Programa de Prevenção baseado na Educação Afetiva, que será discutido em outro tópico deste artigo.

Programa de Prevenção Baseado na Informação Científica

O programa de prevenção baseado em Informações Científicas surgiu na década de 1980, já perpassando mais de 30 anos de desenvolvimento no Brasil (TEREZO Jr., 2001). Esse dado nos remete a uma discussão que questiona a eficácia do fornecimento de informação científica de forma isolada de outros instrumentos sociais que interfiram na qualidade de vida dos beneficiários desse programa.

Existe um entendimento que a eficácia desse programa está relacionada a uma metodologia dinâmica que inclua, além de orientações bem fundamentadas cientificamente, investimento na qualidade destas informações e em sua transmissão com metodologias dinâmicas através de oficinas, debates, leitura de livros e discussão de filmes com profissionais da área de saúde e profissionais de outras áreas, inclusive das ciências humanas que têm como objeto de estudo o homem como um ser que vive em sociedade (ALBERTANI *et al*, 2004).

Fenômenos sociais como o uso indevido de drogas, para serem bem compreendidos, precisam ser vistos numa perspectiva multidisciplinar e num trabalho educativo interdisciplinar, como preconiza a Política Nacional Brasileira sobre Drogas,

publicada pela resolução nº03/ GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005. Os pressupostos dessa política são claros em seu ponto 1.2.3 (p. 19): [...] “que trata das diretrizes da prevenção, quando diz que o trabalho educativo e de formação de educadores para a prevenção, deve contemplar todos os atores sociais”. Porém, infelizmente, os cursos de educadores multiplicadores para a prevenção promovidos pelo Governo Federal em parceria com algumas instituições de ensino superior têm privilegiado, quase que em sua totalidade, profissionais da área de saúde, principalmente psicólogos.

Como exemplo, vale mencionar alguns cursos desenvolvidos entre 1999 a 2004: “Diga sim a vida”, foi um programa realizado pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Governo Federal, em 1999. Nesse programa, dos 16 profissionais que desenvolveram a teoria e atuaram como professores, uma tinha formação em sociologia (6,25%) e, ou seja, nesse universo, constam menos de 10% do total de profissionais; dez eram psicólogos (62,5%); dois médicos psiquiatras e dois médicos sanitaristas (25%) e um advogado (6,25%).

A tendência se repete no “Curso de atualização de Conhecimento sobre Redução da Demanda de Drogas”, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, também em parceria com o Governo Federal, em 2004. Dos vinte profissionais envolvidos, apenas dois eram da área sociológica. Continua a predominância de profissionais ligados à psicologia e psiquiatria, com dez psiquiatras, o que corresponde a 50% do universo, quatro psicólogos (20%), um educador (5%); os demais eram enfermeiros e outros profissionais ligados à área de saúde, somando 25%.

Ainda em 2004, o Ministério da Educação em parceria com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) lançou o Curso de Formação de Educadores em Prevenção ao Uso Indevido de Drogas para Escolas Públicas, com material produzido por 7 profissionais: 4 psicólogos, o que significa mais de 50% dos profissionais que elaboraram o material didático e o restante também é da área da saúde, dois psiquiatras e um farmacêutico.

Por fim, a atividade promovida pela SENAD em parceria com a UnB, em 2006, investiu na multidisciplinaridade, porém a predominância de psicólogos e profissionais da saúde ainda foi grande e a participação de profissionais das áreas da educação e social ainda foi pequena, ao se considerar a questão da proporcionalidade entre os profissionais participantes. Dos 27 autores que elaboraram o material didático, quinze são psicólogos, representando mais de 50%, duas farmacêuticas, três médicos psiquiatras, quase 20%, somando aproximadamente 70% de profissionais da área da psicologia e da saúde; dois auditores fiscais, um matemático, dois educadores e dois assistentes sociais. Considerando os

5 últimos profissionais das áreas educativa e social, o curso teve a participação de menos de 20% dessas áreas.

Esta relativa ausência da participação de profissionais das ciências humanas em programas de prevenção também é percebida no campo da produção acadêmico-científica brasileira. As produções existentes são restritas ao direito, com enfoque na área criminal, e à medicina, com enfoque na epidemiologia. Áreas do conhecimento como a história, a sociologia, a educação e a antropologia estão ausentes do debate.

A presença massiva dos profissionais de saúde e a tendência destes programas de prevenção refletem uma mudança na forma como a sociedade compreendia até a década de 1980 a problemática das drogas, que eram vistas como questão de polícia e passaram a ser compreendidas como uma questão de saúde pública³. Já se trata de um avanço, no entanto, ainda não reflete a complexidade social, econômica e cultural da temática das drogas na sociedade contemporânea. Contrim e Pinsky (1989) conclamam os profissionais das ciências humanas a reagirem a esse fenômeno, pois assim permitirão uma complementação teórica para avaliação dos programas de prevenção em andamento.

Outra questão que merece ser discutida é a neutralidade preconizada por esse modelo de prevenção. Beatriz Contrim (1999) compreende os programas de prevenção baseados em informação científica como aqueles que trazem informações de maneira imparcial, com enfoque nas consequências do uso de drogas na saúde coletiva e individual. Acredita-se que, de posse dessas informações, as pessoas podem optar por não usar, retardar o uso ou fazê-lo de forma moderada e reduzida, para evitar danos à sua própria saúde e à saúde coletiva. Para Therezo Júnior (2001), as informações científicas sobre as consequências do uso indevido de drogas, além de possibilitarem o não uso, podem também influenciar as pessoas a adotarem comportamento com menos danos ou a se absterem totalmente da droga.

Jacob (2004) questiona que o repasse de informações científicas promova as reações esperadas no público alcançado pelos programas. Em seu trabalho sobre a percepção dos problemas ambientais na cidade de São Paulo, ao tratar sobre o tema conscientização ambiental, o autor demonstrou como a população pesquisada não assumiu práticas ecologicamente corretas, mesmo estando ciente dos problemas ambientais causados por seu estilo de vida. De igual modo, questiona-se que o acesso a informações técnicas promova os

³ Em 1980, com o bum da AIDS, as drogas se tornaram uma questão de saúde pública. Foram realizadas campanhas de conscientização em massa e houve maior reconhecimento e apoio às comunidades terapêuticas (religiosas ou laicas).

resultados aguardados pelos programas de prevenção, mesmo que estas informações coloquem em destaque os malefícios causados pelas drogas.

A busca de neutralidade se fundamenta em propostas do positivismo científico, que pedagogicamente se efetiva em metodologias de ensino que visam assimilação de conteúdos, por meio de uma didática tradicional, meramente informativa. Estas abordagens pedagógicas acabam se configurando em um programa coercitivo e externo à realidade do estudante. São abordagens que não cativam os educandos, pois deixam de lado elementos importantes do ato comunicacional e negligenciam competências atitudinais imprescindíveis para aqueles atuam nos programas de prevenção no papel de educadores. Eles não deveriam simplesmente transmitir conhecimentos científicos, mas inspirar os educandos a assumirem valores e princípios que influenciem suas escolhas pessoais ⁴.

Paulina Duarte (2006) alerta que os programas de prevenção não podem ser constituídos de pacotes fechados ou acumulativos de informações, mas um processo contínuo de aprendizado, como nas redes sociais de prevenção que permitem a troca de experiências da maioria dos atores interessados na prevenção ao uso de drogas, não se limitando apenas aos saberes do corpo científico-pedagógico, responsável pelo o programa de prevenção ⁵.

Em fim, vale ressaltar que a busca de neutralidade revela um caráter ideológico, presente tanto nas abordagens pedagógicas quanto no modo de compreender as possíveis causas dos problemas relacionados às drogas. Richard Bucher (1996) chama atenção para as muitas literaturas disponíveis para prevenir o uso abusivo de drogas que, em sua maioria, só abordam os malefícios desse uso e a importância da repressão. Segundo ele, é pouco expressiva a produção científica que analisa as causas sociais promotoras do uso indevido de drogas pelos estudantes ⁶.

⁴ Jung Mo SUNG, na obra “Educação para Solidariedade”, estabelece uma diferença muito importante entre conhecimento teórico e reconhecimento existencial, onde esclarece que o educandos somente assumem um compromisso efetivo com saberes que promovem um impacto existencial, modificando seu modo de compreender e sentir o mundo.

⁵ Maria de Fátima O. Sudbrack (2006) considera a importância das redes sociais de convivência, pois proporcionam encontros dos vários saberes locais existentes na comunidade e não somente o saber produzido pelo campo científico. A participação da comunidade articula saberes diferentes que contribuem para um conhecimento mais abrangente.

⁶ Em sua obra “Amor Líquido” [Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004], o sociólogo Zygmund Bauman estabelece uma relação entre cultura consumista e a fragilidade dos laços humanos no mundo globalizado. O autor, tomando as contribuições do psicanalista Eric Fromm, compara a busca do sexo nas relações furtivas com o crescente recurso ao consumo de drogas, como alternativas adotadas equivocadamente por sujeitos que buscam suprir lacunas existenciais. Ao que parece, a atual crise mundial enfrentada com as drogas possui raízes profundas, que acabam por expõem as contradições socioeconômicas e culturais do capitalismo global.

As drogas extrapolam a instância do indivíduo e afetam negativamente instâncias coletivas como a família e as relações sociais nas várias modalidades de políticas como: segurança, trabalho, saúde, previdência social, família e até questões de soberania nacional. Valéria Salgado (2004) afirma que os problemas relacionados às drogas devem ter soluções que passem pelo compartilhamento de diversos órgãos públicos, e que interagem com as políticas das áreas sociais, econômicas e produtivas, envolvendo a infraestrutura, a segurança e as relações exteriores. Portanto, é necessário que as políticas e os programas de Prevenção Universal façam mais que informar e promovam a emancipação dos sujeitos, por meio de um conjunto de ações de impacto socioeconômico e cultural.

Programa de Prevenção baseado na Educação Afetiva

Beatriz Contrim (1999) informa que esse programa aposta numa boa autoestima e que a base filosófica é voltada para pressupostos da área da psicologia, a qual entende que estudantes ou outros grupos de pessoas estruturadas emocionalmente são menos vulneráveis ao uso de drogas. A autora argumenta que para alcançar este objetivo, o programa de prevenção precisará de um conjunto de ações para melhorar a capacidade das pessoas, especialmente dos estudantes, habilitando-as a enfrentar a ansiedade, dando-lhes competência para tomar decisões e condições de integrarem-se em grupos de comunicação verbal e de resistir às pressões de grupo.

Outros autores confirmam os apontamentos de Beatriz Contrim, acrescentando que os programas devem ser iniciados na infância, logo no início do ensino fundamental. O trabalho pode acontecer por meio do serviço de orientação educacional com projetos que oferecem oportunidade de desenvolvimento de liderança, estimulando o que tem se chamado de protagonismo juvenil. O projeto político-pedagógico das escolas deve incorporar estas atividades ao dia-a-dia dos estudantes (ALBERTANI *et al*, 2004).

Therezo Junior (2003) apresenta a educação afetiva como a centralização nos fatores subjetivos que podem predispor ao uso de drogas. O foco passa a ser as dificuldades afetivas e pessoais e não propriamente o uso de drogas. O mesmo autor acrescenta a necessidade de eleger um conjunto de procedimentos com técnicas que visem melhorar a autoestima, a relação com os pares e a capacidade para suportar a ansiedade.

Paulina Duarte (2006) registra que o trabalho de redes sociais, ao ser desenvolvido nas escolas, poderá se transformar em um instrumento que atenda a algumas necessidades que todo ser humano tem como carência: sentimento de pertencimento,

valorização pessoal, aceitação e afinidade. O apontamento da autora sobre redes sociais indica a possibilidade de os programas de prevenção e as políticas públicas sobre drogas funcionarem como agentes modificadores do meio ambiente social comunitário.

Vale lembrar que o ser humano desenvolve sua existência nas interações sociais das quais participa. O equilíbrio dessas interações servirá de norte avaliativo da qualidade das relações sociais e afetivas e funcionará como pontos com outras redes de convívio do estudante como a família, amigos, colegas de trabalhos e outras. Para a autora a prevenção passa por um processo de aprendizagem de habilidades para o desenvolvimento equilibrado do aspecto social e afetivo da pessoa.

Destaca-se que o uso de drogas por pessoas de baixa renda se configura como uma dupla-exclusão social (SUDBRACK, 2006). A prática de redes sociais é uma ação preventiva comunitária, pois restabelece os vínculos sociais e afetivos. Quem vive em situação de pobreza, o uso de drogas pode significar não somente a busca do prazer em si, mas também uma alternativa de atenuação das angústias e sofrimentos causados por sua condição socioeconômica.

O uso de drogas por pessoas em situação de exclusão social pode significar fator de sobrevivência. Conforme a droga e a quantidade, as sensações de frio e fome podem ser reduzidas. Algumas drogas provocam sonolência, causando, no indivíduo, indiferença frente a realidade que, muitas vezes, é penosa. Mas do ponto de vista afetivo, o uso de drogas geralmente promove o sentimento de pertencimento devido à participação em grupos com as mesmas práticas; pode, também, solucionar problemas de ordem econômica e de segurança (DUARTE, 2006).

Muitas vezes, esse preenchimento afetivo e social acontece por meio do sistema organizado do narcotráfico, que ocupa o espaço social vazio deixado por um Estado que fecha os olhos diante das contradições inerentes à cultura capitalista. Estado que se mostra cada vez mais impotente na promoção de políticas públicas que resolvam esse fosso social. Para Mari de Fátima Sudbrack (*Ibid*), a frase “*adote seu filho, antes que um traficante o faça*”, tão usada por alguns profissionais da prevenção, não faz sentido algum para o cotidiano de muitas comunidades, que conheceram poucas alternativas às relações de poder estabelecidas pelo narcotráfico.

O Programa de Prevenção baseado na Educação Afetiva trás avanços pedagógicos importantíssimos em relação ao Programa baseado em Informações Científicas. Longe de neutralidade, as abordagens pedagógicas estão preocupadas em possibilitar aos educandos uma revisão de valores, um encontro afetivo consigo mesmo e com o próximo, estabelecendo

um sentido de vida que vai além das lógicas estabelecidas pela cultura contemporânea. A implementação destes programas é ainda mais desafiadora, pois depende do estabelecimento de parcerias com lideranças e organizações que atuam nas comunidades.

Contudo, deve-se evitar a todo custo uma visão reducionista da realidade. Do mesmo modo como não se pode atribuir as causas do problema simplesmente à falta de informação sobre os malefícios das drogas, não se pode atribuir as causas do problema somente à desestruturação existencial e afetiva (fator psicológico). Tanto a falta de informação, quanto a desestruturação psicológica são fatores importantes a serem considerados, situando-os no espectro maior da cultura e dos condicionantes socioeconômicos.

Programa de Prevenção Baseado no Oferecimento de Alternativas

Autores consideram que o modelo de prevenção baseado no Oferecimento de Alternativas pode ser caracterizado pela oferta de lazer e outras atividades que proporcionem prazer sem envolver o uso de drogas (MALUF et al, 2002). Já para Beatriz Contrim (1999), este modelo deve ter seu foco na busca de propiciar crescimento pessoal, excitação e alívio do tédio. Tudo isso é possível por meio da participação dos estudantes na criação e gestão de empresas, prática esportiva e atividades artísticas e culturais. A escola deve oferecer novas alternativas como eventos científicos e serviços solidários à comunidade, deve estimular a capacidade criadora dos estudantes, proporcionando-lhes lazer e combatendo a ociosidade. Pode, ainda, desenvolver atividades como torneios esportivos, criação e gestão de hortas comunitárias, cooperativas de serviços e produtos, estimulando a formação de monitorias voluntárias.

As ações desse Programa de prevenção vêm sendo praticadas há vários anos pelas escolas, com sucesso na integração dos agentes da comunidade escolar e na construção de uma escola mais saudável e humanizada. Porém, são praticadas pela maioria das escolas, sem vínculo teórico e metodológico com o programa de prevenção de oferecimento de alternativa se, sem o objetivo consciente de prevenir o uso de drogas, embora a prevenção acabe acontecendo também.

Estes são exemplos do potencial das escolas e instituições especializadas como espaços privilegiados para execução de programas de prevenção às drogas, agindo como instrumentos de mudança social. É comum os beneficiários de programas de prevenção na escola ou em outra instituição já contarem com alternativas de práticas esportivas, atividades artísticas e outros projetos nos quais tenham que conviver com a presença do uso ou não de

drogas. Nesse pressuposto, há de se considerar que esses programas terão que trabalhar a troca de alternativas e não o oferecimento delas. A troca só deve ocorrer após avaliação dos fatores de risco e proteção. Há casos em que o uso de drogas se dará com os colegas do time de futebol do colégio e não com os companheiros de práticas esportivas informais, no bairro onde mora essa população.

Porém, Paulina Duarte (2006) afirma que as questões relacionadas às drogas devem-se vincular a um processo de mudança principalmente no contexto sócio familiar. Esta concepção é reafirmada por Maria de Fátima Sudbrack (2006), para quem a escola não pode tomar para si o problema do uso de drogas ou a sua prevenção como sendo de sua responsabilidade exclusiva. Também não deve ter o receio de compartilhar com a família ou setores da sociedade, quando o uso de drogas ocorrer em seu ambiente, pois a melhor forma de lidar com o problema das drogas não é a negação, mas o reconhecimento de sua existência.

Nesse sentido, ela faz alguns questionamentos sobre a necessidade de estabelecimento de parcerias da escola com a família, com a os agentes que atuam nas unidades de saúde mais próximas, além da proveitosa articulação com os projetos sociais presentes na comunidade. Uma das funções das redes sociais é o oferecimento de compreensão, estímulo emocional e apoio, podem variar de acordo com o número de participantes, à localização geográfica, às características de homogeneidade e heterogeneidade que identificam a rede social.

Importantíssimas para o bom êxito dos programas de prevenção, as redes sociais se constituem como verdadeiras alternativas, principalmente em escolas públicas, onde a presença de estudantes de famílias de baixa renda é grande. A escola que se articular em rede com outras instituições poderá colaborar para melhoria das condições de sobrevivência de seus alunos e, assim, garantir um melhor desempenho social e afetivo, contribuindo para o aumento da aprendizagem. A demanda gera a oferta, mas, neste caso, o contrário também é verdadeiro.

Thiago Rodrigues (2004) colabora com o entendimento de que o programa baseado no Oferecimento de Alternativas contribui para uma educação emancipatória do ser humano, por meio de atividades culturais, de lazer e de qualificação profissional. Este modelo de prevenção indica o que ocorreu na década de 1990, com uma mudança significativa no modo de compreender tanto a origem do problema quanto a metodologia de combate. As drogas deixam de ser uma questão de saúde, para serem compreendidas como uma questão social. O foco deixa de estar somente na repressão (questão de polícia), nem somente nas

comunidades terapêuticas (questão de saúde), mas alcança uma dimensão mais ampla, relacionada a um contexto mais amplo⁷.

Para sua efetivação com relativo sucesso, surge a necessidade de se pensar a política sobre drogas de modo integrado, pela articulação de várias instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada. Mais que uma reconfiguração na gestão das políticas públicas, faz-se necessário o comprometimento efetivo dos atores envolvidos, de modo que as vaidades institucionais e as prioridades político-partidárias sejam revistas. Do contrário, políticas e programas de prevenção, mesmo com todo potencial de transformação da realidade social, terão sua implementação comprometida.

Programa de Prevenção que Busca Mudanças nas Condições de Ensino

Este Programa trabalha com práticas de ensino e desenvolve uma educação mais prazerosa e eficiente, adequando o conteúdo curricular à realidade do estudante. Isso é ter o aluno como foco e não a instituição ou o projeto político-pedagógico em primeiro lugar. A relação professor-estudante deve contemplar maior oportunidade para os alunos manifestarem suas dúvidas, anseios e opiniões, ainda que essas sejam divergentes (CONTRIM, 1999).

Os programas devem dar a garantia de que sempre haverá oportunidade no ambiente escolar de participação da família dos alunos e da comunidade externa, para contribuir com o planejamento e as tomadas de decisão das atividades dentro e fora da escola. Uma vez que a comunidade participa, ela também se sentirá responsável.

Para as autoras Albertani *et al* (1982) o programa com base na modificação do ensino é focado na formação da cidadania integral de seus beneficiários e não no uso indevido de drogas. Suas ações são desenvolvidas de forma intensa e duradoura. As constantes mudanças devem incluir tudo o que envolve a escola, como as práticas de ensino, o espaço físico, a capacitação e formação de professores, o levantamento das instituições, os profissionais, as igrejas e os serviços, tanto públicos, quanto privados, que ofereçam programas antidrogas.

O ambiente físico da escola deve ser agradável, bem higienizado, com o uso de recursos naturais como plantas, espaço convidativo para a interação de estudantes, professores, familiares e comunidade. A convivência das pessoas na escola deve ter como base o relacionamento proativo e, para tanto, deverão existir meios ou procedimentos para a

⁷ É a partir deste novo modo de compreender a questão das drogas no Brasil, que surge a Lei 11.343/2006 (Lei Antidrogas), que substitui a Lei 6368/1976 (Lei Antitóxico).

solução de conflitos considerados normais em todo grupo social. A escola deve reconhecer o aluno como ser humano em sua integralidade e não apenas considerá-lo um número na estatística de dados, como acontece em algumas instituições, onde a massificação e a burocratização assumem um papel primordial.

Os recursos materiais devem acompanhar o avanço da tecnologia e a sua aquisição precisa incluir instrumentos paradidáticos, formação de biblioteca especializada para utilização dos alunos, professores e pais e, ainda, uma hemeroteca com notícias e leis atualizadas sobre o uso de drogas. Essas mudanças acontecerão num processo de longo prazo e passarão pela transversalidade em todos os níveis escolares. Adequações às várias faixas etárias não poderão ser ignoradas. Para que tudo isso seja alcançado é preciso planejamento, incluindo na sua elaboração toda a comunidade e, assim, estabelecer prioridades e estratégias para a ação conjunta de vários atores sociais.

Um diagnóstico também será necessário, a fim de que as necessidades específicas sejam atendidas. Devem ser considerados, nesse diagnóstico, o histórico sobre as questões sociais e geográficas, a localização da escola, a área central da cidade e, ainda, a realidade socioeconômica do bairro onde a escola está localizada.

A Portaria n.º9/2003, do Ministério da Educação e Cultura, homologada pelo Ministro da Educação, que trata das práticas de prevenção ao uso abusivo de drogas no ambiente escolar em todos os sistemas de ensino e em todas as instituições educacionais, afirma o seguinte:

1. incluam no currículo dos cursos de formação dos professores, tanto nos de Nível Médio, como nos de Nível Superior, conhecimentos a respeito de drogas e dos procedimentos de prevenção e de intervenção adequados;
2. esses conhecimentos façam, também, parte da formação continuada dos professores já em serviço;
3. os projetos pedagógicos, tanto da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Profissional, como da Educação Superior contemplem o desenvolvimento, nos alunos, de conceitos, habilidades, procedimentos e atitudes referentes ao uso e abuso de drogas, seja como Tema Transversal, seja como parte integrante do planejamento dos diversos componentes curriculares e de seus conteúdos.
4. todas as instituições e todos os sistemas de ensino do país procurem integrar suas ações às iniciativas dos vários órgãos governamentais e da sociedade em geral, incluindo, também as famílias de seus alunos, para tratamento mais adequado do assunto em questão.

Mais que o modelo de Oferecimento de Alternativas, o Programa de Busca de Mudanças nas Condições de Ensino assume a escola como espaço privilegiado de intervenção e transformação social. Trata-se de uma proposta mais ousada e que exige modificações estruturais significativas, tais como aumento do orçamento destinado à educação pública, melhoria e/ou modificação na infraestrutura de milhares de escolas, melhoria salarial para os profissionais da educação, além de um intenso programa de formação docente, que tenha como alvo a ressignificação do “ser docente” hoje.

Os educadores das escolas públicas, tanto funcionários técnicos quando professores, são peça chave para o sucesso deste Programa. Eles devem ser valorizados, estimulados e devidamente capacitados para desenvolverem seu papel com maior êxito. Devem superar o modelo tradicional positivista de educação, assumindo novas abordagens pedagógicas. Além disso, devem compreender seu papel de liderança comunitária e sujeitos de transformação social.

Ao que parece, a questão das drogas impõe sobre os gestores públicos uma demanda social que não lhes deixa alternativa, a não ser cumprirem cabalmente seu dever de garantirem uma educação pública de qualidade, que dê a milhões de estudantes a possibilidade de uma educação emancipatória, firmada em uma identidade capaz de fazer escolhas saudáveis, com repercussão pessoal e social.

Conclusão

Neste artigo foram analisados cinco modelos de programas de prevenção às drogas, sendo que os programas avaliados estão enquadrados na categoria de Prevenção Universal. A análise dos programas, que não pretende ser conclusiva, revelou que no decorrer das últimas décadas, ao passo que as drogas se tornam um problema social cada vez mais grave, a comunidade acadêmica, a sociedade civil e os próprios gestores públicos se viram obrigados a dar ao tema a atenção que merece. As drogas deixaram de ser uma questão de polícia, tornando-se problema de saúde pública, até alcançarem o status de questão social de amplo espectro.

Apesar de ainda ser uma tendência predominante em escolas e instituições, o Programa baseado em Pressão do Grupo Social é compreendido como ineficaz, sobretudo no contexto cultural urbano, marcado pela individuação e pelo relativismo moral. O Programa baseado em Informação Científica, embora tenha se configurado como um avanço para o período, revela uma linha de continuidade da índole positivista marcada pela coerção,

repressão e uma pretensa neutralidade. Possui sua eficácia comprometida por se valer de propostas pedagógicas meramente informativas (conteudistas).

O Programa baseado em Educação Afetiva busca sanar esta deficiência pedagógica, a partir de contribuições da psicologia, auxiliando o educando na construção de vínculos afetivos, sentimento de pertença e pela (re)construção de sentido de vida. Sua deficiência está na tendência a uma visão reducionista sobre o uso de drogas, que restringe o foco do Programa aos indivíduos e impossibilita perceber a influência dos condicionantes socioeconômicos e culturais sobre a questão.

Numa tentativa de ampliar o campo de atuação dos programas de prevenção, surgem dois modelos: o Programa baseado no Oferecimento de Oportunidades e o Programa que Busca Mudanças nas Condições de Ensino. Os dois modelos são extremamente inovadores e potencialmente mais eficazes que os anteriores, pois além de informar e trabalhar na dimensão afetiva, possibilitam uma mudança significativa no cotidiano dos estudantes. O desafio maior que se apresenta ao modelo baseado no Oferecimento de Oportunidades é a atuação integrada dos atores e instituições envolvidos, algo que não tem sido tão simples de se fazer, devido a configuração disciplinar das secretarias e pela necessidade de superar vaidades e interesses político-partidários, visando o desenvolvimento de ações em conjunto. Já o modelo que Busca Mudanças nas Condições de Ensino tem por maior desafio uma transformação radical do sistema educacional, que vai desde questões de infraestrutura à valorização e capacitação dos profissionais da educação para atuarem de modo mais eficaz na prevenção às drogas.

Referências

ALBERTANI, Helena M. B; SCAVILETTO, Sandra; ZEMEL, Maria de L. S. **Atualização de conhecimentos sobre redução da demanda de drogas**. Florianópolis: UFSC/SENAD, 2004.

ALVES, Roberto. Prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas. In: **Educação & Mudança** – Revista do Instituto Superior de Educação Centro Universitário de Anápolis ISSN 0104-4346. Anápolis-GO: Janeiro/Julho 2005.

_____. Drogas: caso de polícia. Uma análise dos programas de prevenção e seus impactos no ambiente social. Anápolis: Centro Universitário de Anápolis, 2009 - (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, Pierre (Organizadores: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ, vozes, 1998.

BUCHER, Richard (Org.). **Prevenção ao uso indevido de drogas**. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1991, Vol. I.

_____. **Drogas e Sociedade nos Tempos da AIDS**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1996.

CARLINI, Elisaldo, A. **II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do País – 2005**. Brasília: UNIFESP/CEBRID/ SENAD, 2007.

CONTRIM, Beatriz Carlini. **Prevenção ao uso indevido de drogas, diga sim a vida**. Brasília: UNB, 1999.

DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira. **Redes Sociais** in: Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Módulo 3. Brasília: UNB/SENAD, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

JACOB, Pedro. **A percepção dos problemas ambientais urbanos em São Paulo**. São Paulo: Lua Nova, 2004.

KALINA, Eduardo. Modelos de desenvolvimento, poluição e toxicomania. In: **Drogadição Hoje**. São Paulo: Ed. Artes Médicas Sul, 1999. pags. 127-139

MALUF, Daniela Pinotti *et all*. **Drogas: prevenção e tratamento: o que você queria saber e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: CL-A Cultural, 2002.

NUNES, Barbosa. **Drogas: Prevenção primária**. Goiânia: Kelps, 2002.

ORTIZ, Renato. Taquigrafando o social. In: **Ciências Sociais e Trabalho Intelectual**. São Paulo: Olho D'água, 2002.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

SALGADO, Valéria Alpino Bigonha. **Atualização de Conhecimentos sobre a redução da demanda de drogas**. Florianópolis: UFSC/SENAD, 2004.

SLOBODA, Zilli. Programas de Prevenção ao uso de drogas em escolas dos Estados Unidos. In: PINSKY, Ilana e BESSA, Marcos. **Adolescência e drogas**. Ed. Contexto: São Paulo. SP. 2004. (p 106-123)

SUDBRACK, Maria de Fátima Olivier. Adolescentes: drogas e pobreza, a dupla exclusão. In: **Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas**. Módulo 3. UNB/SENAD, 2006.

_____. Avaliação das redes sociais dos adolescentes. In: **Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas**. Módulo 4. UNB/SENAD, 2007.

_____. O trabalho comunitário e a construção de redes sociais. In: **Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas**. Módulo 3. UNB/SENAD, 2006.

_____. **Prevenção ao uso indevido de drogas: diga sim à vida**. CEAD/UNB; SENAD/SGI/PR, 1999.

THEREZO JR., Alcino. A prevenção primária. In: **Drogas e Álcool: Prevenção e Tratamento**. Campinas: Komedi, 2001.

SILVA, Gidalti Guedes. **A estética da sensibilidade como princípio curricular: modernidade, estética e educação sob uma perspectiva dialética**. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2012. (Dissertação de Mestrado).